

BCLV Comércio de Veículos S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de
dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração do fluxo de caixa	15
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	16

Senhores Acionistas,

BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

I. APRESENTAÇÃO

A BCLV COMÉRCIO DE VEÍCULOS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com participação controladora na sociedade BVEL Comércio de Veículos LTDA e participação controladora na sociedade BRST Locação Ltda.

A Companhia e suas controladas, também conhecidas pela marca “Eurobike”, possuem unidades em Brasília (Distrito Federal), Goiânia (GO), Ribeirão Preto (SP) e São Paulo (SP), e Campinas (SP) tem como atividade preponderante o comércio e manutenção de veículos *premium*.

II. PANORAMA SETORIAL E ESTRATÉGIA

Durante o exercício de 2025, a demanda por produtos e experiências de alta qualidade permaneceu consistente, apoiada pela força do segmento premium. A Eurobike manteve sua diretriz estratégica voltada à excelência no atendimento aos clientes, o que contribuiu para um desempenho sólido, que resultou em um aumento de seu faturamento em mais de 50 milhões.

Administrativo: Av. Wladimir Meirelles Ferreira, 1600 - Jd. Botânico - Ribeirão Preto / SP - Tel.: +55 16 3965-7000

Marketing: Rua Clodomiro Amazonas, 1.000 - Itaim Bibi - São Paulo / SP - Tel.: +55 11 2192-3711

Destaque do período foi o crescimento das receitas de motocicletas novas em (+47,11%) e veículos seminovos em (+34,44%) . Estes resultados contribuíram para o crescimento do lucro bruto em 6,4% totalizando R\$ 185 milhões.

Entretanto, três fatores fizeram que houvesse redução do lucro líquido em relação ao ano anterior. Aumento das despesas comerciais com destaque nos investimentos em *marketing*, despesas com comissionamento e despesas com garantias estendidas, outro ponto foram as despesas financeiras com destaque para os juros sobre financiamento, a frota da BRST é adquirida através de financiamento desta forma o crescimento das despesas financeiras tem relação direta com o crescimento da frota, na BCLV tivemos a quitação da aeronave de maneira antecipada, essa operação gerou despesa financeira de R\$ 2,8 milhões e outro ponto é a compra de veículos usados, para esta operação utilizamos capital de terceiros, o crescimento desta operação tem relação direta com o crescimento dos juros. Redução em outras receitas operacionais, em 2024 foi comercializado a BMMOT, por isso a redução em aproximadamente R\$ 9 milhões.

A Eurobike acredita que mantendo o padrão de faturamento e lucro bruto, com maior controle de suas despesas e melhora do seu giro de estoque de veículos usados a empresa conquistará excelentes resultados e, a longo prazo, manterá sua trajetória de crescimento e sua posição de destaque no segmento de veículos *premium*.

III. RESULTADOS OPERACIONAIS

O exercício de 2025 para a Eurobike foi positivo. Os resultados operacionais demonstram que as decisões estratégicas tomadas pela administração foram acertadas e consistentes.

Crescimento de Receita: A receita líquida da BCLV continuou a crescer significativamente e totalizou mais de R\$ 1,636 bilhões.

Aumento do Lucro Bruto: O lucro bruto em 2025 foi de R\$ 185 milhões, um aumento de

6,40% em relação a 2024.

Crescimento do EBITDA: O EBITDA consolidado totalizou mais de R\$ 70,1 milhões em 2025:

A margem EBITDA totalizou 4,29 %, apresentando crescimento em relação a 2024 decorrente da aumento do lucro bruto e a manutenção das despesas administrativas.

Lucro operacional antes do resultado financeiro	R\$	50.431
Depreciação/Amortização	R\$	27.755
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (i)	R\$	8.034
Ebitda	R\$	70.152
Receita operacional líquida	R\$	1.636.730
Ebitda	R\$	70.152
Margem Ebitda		4,29%

(i) Excluiremos para efeito do Ebitda outras receitas operacionais, por ser tratar de receitas sobre compartilhamento de despesas.

Despesas Comerciais e Administrativas: As despesas operacionais totalizaram R\$ 140,953 milhões, sendo R\$ 64,752 de despesas comerciais e R\$ 76,201 de despesas gerais e administrativas

Gestão de Riscos: O fortalecimento da estrutura de gestão de riscos otimizou a capacidade de resposta a incidentes, assegurando a força operacional e a conformidade dos processos perante eventuais ameaças.

Dívida Líquida: A dívida líquida aumentou, devido a aquisição dos 20% restantes da MBI Motors, agora denominada BVEL, concessionária BMW em Campinas.

IV. RETORNO AOS ACIONISTAS

A Eurobike apresentou Lucro Líquido superior a R\$ 6,88 milhões em 2025.

Conforme disciplinado na política de distribuição de dividendos constante do Acordo de Acionistas, o lucro líquido deve ter a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal; (b) 5% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório; (c) o saldo remanescente terá a destinação que vier a ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

Administrativo: Av. Wladimir Meirelles Ferreira, 1600 - Jd. Botânico - Ribeirão Preto / SP - Tel.: +55 16 3965-7000

Marketing: Rua Clodomiro Amazonas, 1.000 - Itaim Bibi - São Paulo / SP - Tel.: +55 11 2192-3711

v. EVENTOS SOCIETÁRIOS

Em 2024, foi adquirida a participação de 75% da MBI Motors e em 2025 foi adquirido mais 20%, a MBI Motors em 2025 virou BVEL Comércio de Veículos LTDA, além da BMW e Motorrad em Campinas, foi aberta uma unidade da Zeekr em Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

Em um cenário empresarial cada vez mais competitivo, a Eurobike, pioneira no Brasil como rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*, busca se destacar oferecendo uma experiência personalizada de compra e venda como fator crucial para o sucesso da empresa.

No exercício de 2025, a Eurobike fez os resultados esperados pela Diretoria. Os investimentos em tecnologia, satisfação do cliente e na excelência operacional são cruciais para a Companhia consolidar sua posição de destaque no mercado de veículos *premium*.

Expressamos nossa gratidão pelo apoio e confiança de nossos acionistas e clientes, que são nossa prioridade máxima. Agradecemos a toda a equipe Eurobike pela dedicação e profissionalismo, essenciais para conquistar nossos excelentes resultados e enfrentar com competência e dinamismo os desafios futuros.

Atenciosamente,

Henry Visconde
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Ribeirão Preto – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCLV Comércio de Veículos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BCLV Comércio de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita no final do exercício (*cut off*)

Ver notas explicativas nº 7a e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A receita da Companhia e suas controladas decorrem basicamente da i) revenda de veículos novos e usados; ii) receita de bônus e iii) receita de prestação de serviços da oficina que incluem venda de peças e acessórios e iv) locação de veículos. As receitas são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e são reconhecidas no momento do faturamento. Essas operações são relevantes e pode haver intervalo de tempo entre o momento da emissão das notas fiscais e o momento da efetiva transferência dos riscos e benefícios. O eventual reconhecimento de receita fora de seu período de competência correto, principalmente por veículos vendidos e não entregues em 31 de dezembro de 2025 foi considerado como um risco significativo de auditoria.	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Testes documentais, em base amostral, das receitas auferidas próxima à data de fechamento do exercício, para os quais obtivemos as evidências sobre o momento exato da transferência dos riscos e benefícios aos compradores;– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Como resultado dos nossos procedimentos descritos acima, foram identificados ajustes de auditoria devido o reconhecimento de receitas com revenda de veículos faturados e não entregues o qual não foi registrado pela Administração. Levando em conta a imaterialidade dos montantes, o referido ajuste de auditoria não resultou em mudanças no nosso relatório de auditoria. Portanto, consideramos os valores contabilizados e divulgações realizadas adequadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Priscila Moscardini Soares Diniz
Contador CRC 1SP289386/O-0

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9a	2.066	1.662	2.276	6.606	Fornecedores e outras obrigações	18	129.422	104.183	160.298	123.613
Aplicações financeiras	9b	4.828	3.929	4.955	3.929	Empréstimos e financiamentos	19	30.325	19.859	58.465	33.086
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	46.264	34.928	51.196	38.203	Debêntures	20	39.048	11.223	39.048	11.223
Estoques	11	133.181	101.371	161.212	124.285	Passivos de arrendamento	17	5.609	5.018	6.680	6.291
Adiantamentos a fornecedor		501	778	1.749	908	Dividendos a pagar	26 (d)	7.835	-	9.359	-
Tributos a recuperar	12	3.306	1.594	3.838	1.739	Adiantamentos de clientes	22	14.710	14.202	16.660	15.373
Outros ativos		1.543	696	534	1.045	Salários e encargos sociais	23	6.100	6.191	7.337	7.250
Total do ativo circulante		191.689	144.958	225.760	176.715	Tributos a recolher	24	2.454	2.585	3.024	3.035
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Ativos fiscais diferidos	13	14.654	14.738	17.343	15.937	Fornecedores e outras obrigações	18	-	-	-	-
Depósitos judiciais		874	523	942	523	Empréstimos e financiamentos	19	2.708	13.271	20.893	32.129
Outros ativos		90	90	140	127	Debêntures	20	-	36.164	-	36.164
Tributos a recuperar	12	2.356	-	2.356	-	Passivos de arrendamento	17	22.898	27.191	26.097	30.159
Total do realizável a longo prazo		17.974	15.351	20.781	16.587	Dividendos a pagar	26 (d)	22.745	-	22.745	-
Investimentos	14	38.886	41.729	771	-	Tributos a recolher	24	1.367	2.024	1.367	2.024
Imobilizado	15	54.642	84.035	96.326	110.418	Provisão para contingências	25	991	424	991	424
Intangível	16	38.754	38.757	92.965	89.441	Total do passivo não circulante		50.709	79.074	72.093	100.900
Ativos de direito de uso	17	27.962	32.128	32.086	36.229	Patrimônio líquido	26				
Total do ativo não circulante		178.218	212.000	242.929	252.675	Capital social		45.314	45.314	45.314	45.314
Total do ativo						Total do passivo e patrimônio líquido					
		369.907	356.958	468.689	429.390	Reserva de lucros		32.370	32.370	32.370	32.370
						Ajuste de avaliação patrimonial		2.398	-	2.398	-
						Dividendo adicional proposto		3.590	36.900	3.590	36.900
						Atribuível aos controladores		83.672	114.584	83.672	114.584
						Participação de não controladores		-	-	11.955	13.393
						Total do patrimônio líquido		83.672	114.584	95.627	127.977
						Total do passivo e patrimônio líquido		369.907	356.958	468.689	429.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	27	1.395.247	1.389.300	1.636.730	1.581.774
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	28	(1.243.613)	(1.234.004)	(1.451.479)	(1.407.662)
Lucro bruto		151.634	155.296	185.251	174.112
Despesas comerciais	28	(54.290)	(50.637)	(64.752)	(56.098)
Despesas gerais e administrativas	28	(60.447)	(60.494)	(76.201)	(76.348)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(2.326)	2.118	(1.901)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	6.616	11.996	8.034	17.529
Lucro operacional antes do resultado financeiro		41.187	58.279	50.431	59.195
Despesas financeiras		(33.514)	(20.272)	(43.038)	(24.913)
Receitas financeiras		1.201	2.040	1.745	7.256
Resultado financeiro líquido	30	(32.313)	(18.232)	(41.293)	(17.657)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.874	40.047	9.138	41.538
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(2.099)	(6.921)	(3.661)	(8.198)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(85)	(6.743)	1.406	(5.653)
Lucro líquido do exercício		6.690	26.383	6.883	27.687
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores				6.690	26.383
Acionistas não controladores				192	1.183
Lucro líquido do exercício		6.690	26.383	6.882	27.566
Lucro por ação	31	0,03	0,11		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	6.690	26.383	6.883	27.687
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>6.690</u>	<u>26.383</u>	<u>6.883</u>	<u>27.687</u>
Resultado abrangente abtribúvel aos:				
Acionistas controladores			6.690	26.383
Acionistas não controladores			192	1.183
Resultado abrangente total	<u>6.690</u>	<u>26.383</u>	<u>6.882</u>	<u>27.566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores									
Nota	Reserva de lucros			Lucros a deliberar	Dividendo adicional proposto	Ajuste a Avaliação Patrimonial (AAP)	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais						
Saldos em 1º de janeiro de 2024	45.314	8.099	22.952	47.336	-	-	123.701	7.916	131.617
Aquisição de controlada com participação de não controladores - MBI	-	-	-	-	-	-	-	12.576	12.576
Alienação de investimento - BMMOT	-	-	-	-	-	-	26.383	(5.362)	21.021
Resultado do exercício	-	-	-	26.383	-	-	-	1.183	1.183
Constituição de reserva legal	-	1.319	-	(1.319)	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(35.500)	-	-	(35.500)	(2.920)	(38.420)
Dividendos adicionais propostos - sujeitos à aprovação em AGO	-	-	-	(36.900)	36.900	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.314	9.418	22.952	-	36.900	-	114.584	13.393	127.977
Resultado do exercício	-	-	-	6.690	-	-	6.690	192	6.882
Constituição de reserva legal	26(b)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos - aprovados em AGO	26(d)	-	-	(3.100)	(36.900)	-	(40.000)	(675)	(40.675)
Dividendos adicionais propostos - sujeitos à aprovação em AGO	-	-	-	(3.590)	3.590	-	-	-	-
Mudança de participação de não controlador	26(e)	-	-	-	-	(7.022)	(7.022)	(978)	(8.000)
Ajuste a valor presente - Dividendos distribuídos	26(d)	-	-	-	-	9.420	9.420	23	9.443
Saldos em 31 de dezembro de 2025	45.314	9.418	22.952	-	3.590	2.398	83.672	11.955	95.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BCLV Comércio de Veículos S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		8.874	40.047	9.138	41.538
Depreciação e amortização	28	18.630	18.263	27.755	23.362
Resultado na venda de ativo imobilizado	15	(1.214)	706	(1.533)	5.322
Resultado na baixa do ativo intangível		-	7	-	7
Resultado na baixa de investimento	14	-	(7.845)	-	(7.845)
Resultado de equivalência patrimonial	14	2.326	(2.118)	1.901	-
Provisão para contingências	25	567	(1.260)	567	(1.260)
Provisão perda de estoque		(1.092)	656	(725)	656
Provisão para perdas esperadas		99	-	99	-
Recuperação de créditos		-	2.448	-	2.448
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	19	16.567	8.052	22.146	9.476
Juros provisionados debêntures	20	7.440	3.814	7.440	3.814
Juros provisionados de passivos de arrendamento	17	4.709	3.511	5.314	3.517
Custo de transações das debêntures	20	255	150	255	150
Aplicações financeiras		(899)	(3.638)	(1.027)	(3.638)
Contas a receber e outros recebíveis		(7.742)	(13.802)	(9.399)	(8.151)
Estoques		(30.718)	(10.986)	(36.202)	4.656
Adiantamentos a fornecedor		277	341	(841)	932
Tributos a recuperar		(4.068)	3.326	(4.455)	4.216
Outros ativos		(847)	(294)	(1.025)	(505)
Depósitos judiciais e outros ativos não circulantes		(351)	49	(419)	117
Fornecedores		20.739	27.970	32.186	17.950
Adiantamentos de clientes		508	4.862	1.286	4.339
Salários, encargos sociais e tributos a recolher		(856)	3.488	(1.016)	1.917
Outras contas a pagar		(49)	(138)	466	128
		33.155	77.610	51.911	103.147
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(16.696)	(7.556)	(22.275)	(8.847)
Juros pagos debêntures	20	(7.517)	(3.447)	(7.517)	(3.447)
Juros pagos de passivos de arrendamento	17	(4.709)	(3.185)	(5.314)	(3.090)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.965)	(9.504)	(5.324)	(10.107)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.268	53.918	11.481	77.657
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de controlada - líquido de caixa		-	-	-	13.880
Aquisição de investimento		(7.782)	(37.509)	(7.782)	(38.045)
Aquisição de imobilizado	15	(12.644)	(28.422)	(40.499)	(59.208)
Aquisição de intangível	16	(333)	(35)	(4.221)	(171)
Dividendos recebidos	14	1.000	7.880	-	-
Valor recebido pela venda de investimento	14	-	10.315	-	10.315
Valor recebido pela venda de imobilizado		32.280	860	37.465	11.970
Caixa líquido aplicado nas (utilizado nas) atividades de investimentos		12.521	(46.912)	(15.037)	(61.260)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	49.786	55.378	78.926	89.482
Captação de debêntures	20	-	48.723	-	48.723
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(46.959)	(64.463)	(55.825)	(78.845)
Pagamento de debêntures	20	(8.518)	(1.852)	(8.518)	(1.852)
Pagamento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	19	(2.795)	(2.400)	(9.033)	(2.920)
Pagamento de arrendamento mercantil	17	(4.899)	(5.319)	(6.324)	(5.507)
Dividendos pagos	26d	-	(35.500)	-	(62.185)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento		(13.385)	(5.433)	(774)	(13.103)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		404	1.574	(4.330)	3.294
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1.662	88	6.606	3.312
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9a	2.066	1.662	2.276	6.606
Aumento líquido/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		404	1.574	(4.330)	3.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A BCLV Comércio de Veículos S.A. ("Companhia" ou "BCLV") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

A Companhia e suas controladas ("Grupo" ou "Grupo Eurobike") compreendem uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium* com nome fantasia "Eurobike". As concessionárias estão localizadas nas cidades de Ribeirão Preto (SP), São Paulo (capital), Goiânia (GO) e Brasília (DF).

A Companhia tem como objeto social o comércio de veículos automotores e motocicletas (novos/usados); peças e acessórios (nacionais/importados); serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos; consignação de autos e motos; importação de veículos, peças e acessórios; e consultoria em gestão de concessionárias de veículos.

Atualmente o Grupo representa 5 marcas: Audi, BMW, BMW Motorrad, MINI Cooper, Porsche e Zeekr; e em 2023 decidiu investir também no segmento de locação de veículos de marcas *premium* e lançou seu serviço próprio de carro por assinatura com a criação da BRST Locação Ltda. (Eurobike Fleet Service).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da Lei Complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas informações contábeis atuais.

a. Aquisição de participação de minoritários – BVEL Comércio de Veículos Ltda. ("BVEL") (antiga MBI)

Em 31 de julho de 2024 a Companhia celebrou contrato de compra de 75% das quotas da MBI Motors Comércio de Veículos Ltda. A Empresa adquirida tem como principal foco de atuação o ramo de veículos *premium*, sendo comercializada a marca BMW e está localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Com a transação, a Companhia reforça o seu posicionamento no segmento de veículos *premium*, expandindo seu alcance em outras regiões de forte mercado e consolidando cada vez mais a marca Eurobike. A MBI, Empresa sólida no mercado de Campinas, agrega experiência e rentabilidade ao Grupo.

Em 31 de agosto de 2025 a Companhia celebrou contrato de compra de 20% das quotas dos sócios minoritários, passando a possuir 95% das quotas, pelo valor de R\$ 8.000. Na data mencionada, o capital da “BVEL” era de R\$ 4.890. Desta forma, o custo do capital social da investida foi de R\$ 978 e o restante do valor pago excedente ao custo, no valor de R\$ 7.022, foi alocado diretamente no patrimônio líquido por se tratar de transação entre acionistas, mudança de participação de não controlador, nos termos do CPC 18 – (R3) – Demonstrações consolidadas.

Composição do preço pago

O preço de aquisição está demonstrado a seguir:

Valor contábil da participação de não controladores adquirida	(978)
Contraprestação transferida para os acionistas não controladores	8.000
Redução no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	(7.022)

Forma de pagamento

	Valor
Pagamento na data de fechamento	4.000
Pagamento 1ª a 3ª parcela – 10 a 12/2025	2.400
Pagamento 4ª a 5ª parcela – 01 a 02/2026	1.600

b. Aquisição da concessão da marca Zeekr pela BVEL Comércio de Veículos Ltda. (“BVEL”)

Em 31 de outubro de 2025, a BVEL adquiriu por R\$ 3.888, a concessão da marca Zeekr que tem como foco principal a venda de veículos elétricos e híbridos. A nova loja situa-se em Brasília – DF.

2 Entidades do Grupo Eurobike

	País	Controle	<u>Participação (%)</u>	
			2025	2024
Controlada				
BRST Locação Ltda. (“BRST” ou “Fleet Service”) (b)	Brasil	Direto	77,88	77,88
BVEL Comércio de Veículos Ltda. (“BVEL”) (c)	Brasil	Direto	95,00	75,00
M Cup Eventos Esportivos Ltda.	Brasil	Coligada	20,00	-

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

a. BRST

A BRST Locação Ltda. (“BRST”), com sede na Rua Clodomiro Amazonas, 996, loja 12, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 13 de junho de 2023 para a exploração de locação de automóveis (com e sem motorista) e locação de mão de obra temporária.

Na busca por atender os desejos e necessidades de seus clientes, oferecendo modelos sob medida para cada perfil, o Grupo decidiu investir em seu próprio serviço de locação de automóveis deste segmento por assinatura. A Empresa tem em seu portfólio modelos de fabricantes representadas pelo Grupo, como Audi, BMW, BYD, Mini, Porsche e Zeekr, além das marcas da importadora UK Motors, McLaren e Aston Martin.

Os serviços de carro por assinatura seguem o padrão do mercado com planos de 12 a 36 meses, com quilometragem mensal pré-determinada de acordo com as necessidades do cliente.

b. BVEL

A BVEL Comércio de Veículos Ltda., com sede na Av. Júlio de Mesquita, 692/694, Cambuí, Campinas, Estado de São Paulo, foi constituída em 1993. A BVEL tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados) e peças/acessórios; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; e intermediação de venda de veículos. A BVEL representa a marca BMW na cidade de Campinas.

Em 31 de julho de 2024, somando experiência e tradição, a Companhia adquiriu 75% de suas ações. Em 31 de agosto de 2025, a Companhia adquiriu mais 20% das ações, passando a ter 95% das ações. Em 14 de novembro de 2025, sua razão social foi alterada para BVEL Comércio de Veículos Ltda. (“BVEL”).

c. M Cup Eventos Esportivos Ltda. (“M Cup”) - Coligada

Em 13 de agosto de 2025, a Companhia integralizou capital sobre 20% da Empresa “M Cup”, na qual possui influência significativa. A M Cup Eventos Esportivos Ltda, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, tem como principal objeto social, a produção e promoção de eventos esportivos.

3 Base de consolidação

a. Controladas

Controladas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, e detém o controle sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia mensura qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas, contabilizados com o uso desse método, são eliminados.

e. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 22 de maio de 2026.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na Nota 7.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a diretoria efetua estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas na avaliação de alguns saldos de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas notas explicativas a seguir.

a. Perda (*impairment*) dos direitos de concessão

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) nos direitos de concessão, de acordo com a sua política contábil. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Os direitos de concessão referem-se exclusivamente a concessões adquiridas de outros concessionários, com prazo indeterminado, e portando não são amortizados.

b. Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

c. Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. Ainda que a definição da taxa incremental seja impactada pelo aspecto de que não ocorrerá a efetivação do empréstimo, a Companhia fez uso de cotações de referência para nortear seus valores.

A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental sobre o empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece os impostos de renda e contribuição social diferidos com base na expectativa de lucro tributável futuro e movimentações das diferenças temporárias para os próximos cinco anos, sendo os tributos diferidos ativos constituídos somente quando é provável sua utilização no futuro.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos sobre Prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social é aquela indicada pelas projeções de resultado tributável, aprovadas pela diretoria.

O saldo de ativo diferido é composto substancialmente por créditos tributos sobre o prejuízo fiscal gerado pela Companhia em exercícios passados que não foram registrados anteriormente devido à falta de expectativa de lucro tributável na época dos fatos.

6 Instrumentos financeiros

6.1 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas revisam dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

a. Risco de crédito

Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Companhia e suas controladas não têm histórico de perdas relevantes de atraso ou falta de pagamento dos seus clientes.

(i) Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes e outros recebíveis
- Demais ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa e depósitos judiciais também estão sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, porém não identificamos perda por *impairment* nesses ativos.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A diretoria tem como objetivo buscar liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações da Companhia em seu vencimento, por meio da geração de lucros operacionais e otimização da estrutura de capital da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelos departamentos de Finanças e Controladoria. Esses departamentos, em conjunto, monitoram as exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender as necessidades e compromissos assumidos. Essa previsão leva em consideração as necessidades operacionais, todos os planos de financiamento e investimento da Companhia, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. *Risco de mercado*

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

d. *Risco de taxa de juros*

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e suas controladas vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI- Certificado de Depósito Interbancário.

6.2 *Classificação dos instrumentos financeiros*

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia e suas controladas classificam os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas reclassificam os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

6.2.1 Reconhecimento e desreconhecimento

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

6.2.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia e suas controladas classificam seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado** - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado** - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

6.2.3 Impairment

A Companhia e suas controladas avaliam, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece, quando material, as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

6.2.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

7 Políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são oriundas das vendas de veículos novos e usados, peças e acessórios; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; e locação de veículos. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência.

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças/acessórios) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais, bonificações e impostos sobre vendas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada da mercadoria vendida.

(ii) Bônus

O bônus recebido das montadoras pela Companhia e suas controladas é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

(iv) Locação de veículos

A receita de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e reconhecida no momento que o veículo é disponibilizado para uso do cliente.

b. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social do período representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. A diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no ativo quando houver montantes antecipadamente pagos que excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há direito e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal.

d. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Aeronave	18 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias	5 - 10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador ("*softwares*") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de cinco anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela Companhia e suas controladas são direitos de comercializar determinadas marcas adquiridas de outros concessionários, que por sua vez tem prazo indeterminado. Os direitos de concessão são por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Companhia.

g. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena.

O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do período, como despesas operacionais, exceto quando ocorrer pela passagem do tempo, cujo reconhecimento é efetuado no resultado do período, como "Despesas financeiras".

h. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos principalmente relacionados a máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e imóveis (aluguéis das concessionárias e salas comerciais da sede administrativa). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) no balanço patrimonial como direito de uso e passivos de arrendamento.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

i. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como direitos de concessão, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, exceto os direitos de concessão, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

j. *Floor Plan*

As compras de veículos novos no segmento de concessionárias são realizadas preponderantemente pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos denominado “*floor plan*”, com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Os programas utilizados pelo Grupo possuem um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de venda do veículo, que varia entre 30 e 60 dias, com incidência de juros de 1 a 1,5% ao mês, após o período de carência.

O Grupo reconhece todos os impactos *floor plan* nas demonstrações de fluxos de caixa como uma atividade operacional (fornecedores), tendo em vista que os montantes dos juros anuais e os saldos em aberto nas datas-bases para as operações que extrapolam o período de carência não são relevantes (Nota 18).

k. *Mudanças nas principais políticas contábeis*

O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

8 *Novas pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados pelo Grupo*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

8.1 IFRS 18 / CPC 51– Presentation and Disclosure in the Financial Statements em substituição IAS 1 –correspondente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

IFRS 18 / CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- (i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- (ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- (iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perda, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

8.2 Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- (i) Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- (ii) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e saldo bancário	212	38	268	42
Aplicações financeiras	1.854	1.624	2.008	6.564
	2.066	1.662	2.276	6.606

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e suas controladas, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata com rentabilidade média de 1% ao mês do saldo final em 2025 e 2024.

b. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras (i)	4.466	3.529	4.466	3.529
Fundo de aplicação (montadoras) (ii)	362	400	489	400
	<u>4.828</u>	<u>3.929</u>	<u>4.955</u>	<u>3.929</u>

- (i) Aplicação financeira vinculada às Debêntures (conta de garantia);
- (ii) *Hold back* pago à BMW Serviços Financeiros; trata-se de percentual pago à montadora além do custo de aquisição do veículo, cujo montante é dirigido para um fundo de aplicação administrado pela montadora e devolvido com correção de 100% do CDI a.a. à Companhia.

10 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Duplicatas a receber	25.987	16.738	30.201	19.952
Duplicatas a receber partes relacionadas (NE 21)	656	141	-	-
Duplicatas a receber – venda controladas (i)	2.186	4.256	2.186	4.256
Dividendos a receber (NE 26 d)	1.524	-	1.524	-
Garantias a receber	1.058	1.658	1.423	1.658
Cartões a receber	14.978	12.445	15.987	12.647
Outros créditos	283	-	283	-
(-) Provisão para perdas esperadas	(408)	(310)	(408)	(310)
	<u>46.264</u>	<u>34.928</u>	<u>51.196</u>	<u>38.203</u>

- (i) O valor refere-se à renegociação do prazo de pagamento da venda da investida BMMOT, através de aditivo de contrato.

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2025 não tinham nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A despesa com a constituição dessa provisão é registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A diretoria analisa individualmente os títulos vencidos por cliente e acredita que nenhuma provisão além da já constituída será necessária com relação a contas a receber não vencido. O saldo de títulos vencidos há mais 180 dias está em processo de negociação com os respectivos clientes.

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	36.157	32.429	41.682	35.844
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	1.357	1.244	701	1.103
De 31 a 60 dias	5.846	160	5.877	160
De 61 a 90 dias	94	93	119	93
De 91 a 180 dias	2.320	332	2.327	332
Acima de 181 dias	898	979	898	979
	46.672	35.237	51.604	38.511
(-) Provisão para perdas esperadas	<u>(408)</u>	<u>(309)</u>	<u>(408)</u>	<u>(309)</u>
	46.264	34.928	51.196	38.202

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	(309)	(309)
Provisão para perdas esperadas	<u>(99)</u>	<u>-</u>
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	<u>(408)</u>	<u>(309)</u>

11 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
Veículos novos	97.358	72.831	118.155	86.534
Veículos usados	13.507	7.475	16.292	13.822
Motos novas	9.480	10.012	11.675	10.012
Motos usadas	1.652	1.667	2.043	1.667
Peças e acessórios	12.111	11.405	14.342	14.269
	133.108	103.390	162.507	126.304
(-) Provisão para perda	<u>(927)</u>	<u>(2.019)</u>	<u>(1.295)</u>	<u>(2.019)</u>
	133.181	101.371	161.212	124.285

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição para as peças e acessórios e o custo de aquisição específico de cada item para os veículos e motos; e não excedem ao valor de realização.

O valor reconhecido como provisão para perda no estoque da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 927 (R\$ 2.019 em 2024). A reversão deve-se a nova política para peças obsoletas, que anteriormente era de 180 dias, passando a ser de 365 dias conforme política das montadoras e acompanhando o processo de outras concessionárias do ramo. A diretoria acredita que nenhuma provisão além da já constituída será necessária com relação às peças obsoletas.

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar	3.868	990	3.892	1.072
IPI a recuperar	2	-	2	-
IRPJ / Contribuição Social a recuperar	1.032	144	1.393	163
Impostos e contribuições retidos	752	451	887	483
Pis/Cofins a recuperar	9	9	20	20
	5.662	1.594	6.194	1.739
Circulante	3.306	1.594	3.838	1.739
Não circulante	2.356	-	2.356	-

O saldo de ICMS a recuperar trata-se de saldo credor das filiais do Distrito Federal (filiais incorporadas da extinta VSTM Comércio de Veículos S.A.) referente ao ressarcimento de ICMS-ST disposto na Instrução Normativa nº 16/2019 e ressarcimento de ICMS-ST disposto na Instrução Normativa nº 1558/23, visto que o imposto destacado pela montadora na nota fiscal de compra dos veículos é maior do que realmente é devido. O crédito será utilizado mensalmente nas apurações para redução do imposto a pagar.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social são estimativas recolhidas a maior durante o exercício que serão compensadas conforme prazos e regras fiscais.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado

	Ativo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Controladora				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo fiscal a compensar	15.288	16.232	(943)	(4.108)
Provisão para perdas esperadas	139	104	33	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	315	687	(371)	223
Ativos de direito de uso/Passivos de arrendamento	507	440	(85)	438
Outros	(744)	(1.447)	704	(1.447)
Despesas a apropriar debêntures	(289)	(376)	87	(375)
Ajuste a valor justo	(899)	(1.046)	297	(1.046)
Provisão para contingências	337	144	193	(428)
Total	14.654	14.738	(85)	(6.743)

	<u>Ativo</u>		<u>Resultado</u>	
	2025	2024	2025	2024
Consolidado				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo fiscal a compensar	17.803	17.383	420	(3.105)
Provisão para perdas esperadas	139	105	33	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	440	687	(246)	223
Ativos de direito de uso/Passivos de arrendamento	556	487	(83)	466
Outros	(743)	(1.447)	704	(1.447)
Despesas a apropriar debêntures	(289)	(376)	87	(316)
Ajuste a valor justo	(899)	(1.046)	298	(1.046)
Provisão para contingências	<u>337</u>	<u>144</u>	<u>193</u>	<u>(428)</u>
Total	<u>17.344</u>	<u>15.937</u>	<u>1.406</u>	<u>(5.653)</u>

No decorrer do exercício de 2025, a Companhia compensou 30% do lucro tributável com prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de períodos anteriores no montante de R\$ 2.774.

Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes (a pagar) são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo, quando aplicável, os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
Reconciliação da taxa efetiva				
Resultado do exercício antes dos impostos	8.874	40.047	9.138	41.538
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Crédito (despesa) com imposto à alíquota nominal	(3.017)	(13.616)	(3.107)	(14.123)
Apuração para alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	(791)	80	-	-
Outras adições/exclusões permanentes	<u>1.624</u>	<u>(128)</u>	<u>852</u>	<u>272</u>
Tributos no resultado	<u>(2.184)</u>	<u>(13.664)</u>	<u>(2.255)</u>	<u>(13.851)</u>
Alíquota efetiva	<u>(25)%</u>	<u>(34)%</u>	<u>(25)%</u>	<u>(33)%</u>
Imposto corrente	(2.099)	(6.921)	(3.661)	(8.198)
Imposto diferido	<u>(85)</u>	<u>(6.743)</u>	<u>1.406</u>	<u>(5.653)</u>
	<u>(2.184)</u>	<u>(13.664)</u>	<u>(2.255)</u>	<u>(13.851)</u>

14 Investimentos

a. Movimentação dos investimentos

BRST Locação Ltda. (controle direto)

	2024
Saldo em 1 de janeiro	-
Transferência de controle (BMMOT para BCLV)	3.009
Participação nos resultados de controlada	<u>(1.746)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2024	<u>1.263</u>
	2025
Saldo em 1 de janeiro	1.263
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	582
Participação nos resultados de controlada	<u>(2.446)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2025	<u>(601)</u>

A participação nos resultados da controlada foi R\$ 2.446, excedendo o valor de investimentos. A diferença de R\$ 601 foi lançada como provisão para perda em investimentos.

BVEL Comércio de Veículos Ltda. (controle direto)

	Controladora	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	40.466	-
Aumento de participação (Nota 2)	978	402
Mais valia dos ativos	-	2.320
Mais valia contrato de concessão	-	35.006
Ágio (i)	-	1.195
Amortização da mais valia	(354)	(439)
Dividendos recebidos	(1.500)	-
Dividendos a receber	(2.895)	-
Participação nos resultados de controlada	<u>2.021</u>	<u>1.982</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>38.716</u>	<u>40.466</u>

- (i) O valor do ágio por rentabilidade futura é avaliado pela administração anualmente, não identificado indício de *impairment* para o exercício.

M Cup Eventos Esportivos Ltda. (“M Cup”) - Coligada

	2025
Saldo em 1 de janeiro	-
Integralização de capital social	200
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	600
Participação nos resultados de controlada	(29)
	771
Saldo em 31 de dezembro 2025	771

Conciliação da participação nos resultados por equivalência patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Distribuição desproporcional de lucros (*)	(1.871)	-	(1.872)	-
Equivalência patrimonial de controlada e coligada	(455)	2.118	(29)	-
	(2.326)	2.118	(1.901)	-

- (*) Na controlada BVEL, houve distribuição de lucros aos sócios em 2025 de forma desproporcional, tal distribuição encontra respaldo no contrato social da controlada. Dessa forma, a realização da distribuição observa não apenas os princípios legais aplicáveis, como também o acordo previamente firmado entre os sócios. Os montantes apurados de forma desproporcional foram contabilizados no resultado de equivalência patrimonial da Companhia por representarem uma perda sem alteração nos percentuais de participação.

Investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.603
Equivalência patrimonial	2.118
Amortização da mais valia	(439)
Aquisição MBI	38.923
Aumento de capital	3.009
Transferência de cotas (venda de participação societária BMMOT)	(6.605)
Dividendos recebidos BMMOT	(7.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	41.729
Equivalência patrimonial	(455)
Amortização da mais valia	(353)
Aquisição BVEL não minoritários	978
Aquisição M Cup	200
Adiantamento para futuro aumento de capita BRST – AFAC (i)	582
Adiantamento para futuro aumento de capita M Cup – AFAC (i)	600
Dividendos recebidos BVELantes da aquisição não minoritários	(1.500)
Dividendos a receber BVEL	(2.895)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	38.886

- (i) Em fevereiro de 2025 e março de 2025 foram aprovados AFACs na BRST com prazo de capitalização até 2028. Em novembro de 2025, foi aprovada AFAC na M Cup com capitalização prevista para 2026.

BCLV Comércio de Veículos S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025*

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas:

	Participação (%)	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo Líquido Total	Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
31 de dezembro de 2025													
Controladas													
BRST Locação Ltda.	77,88	1.368	38.972	40.340	22.860	18.755	41.615	(1.275)	(993)	9.708	(12.849)	(3.141)	(2.446)
BVEL Motors Comércio de Veículos Ltda.	95	34.881	13.550	48.431	45.545	2.629	48.174	257	244	239.689	(236.781)	2.908	2.021
		36.249	52.522	88.771	68.405	21.384	89.789	(1.018)	(749)	249.397	(249.630)	(233)	(425)
Coligadas													
M Cup Eventos Esportivos Ltda.	20	13.491	575	14.066	4.305	5.809	4.317	9.749	1.950	1	149	(148)	(29)
31 de dezembro de 2024													
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	62,28	21.985	3.115	25.011	13.050	-	13.050	11.961	7.449	120.020	(116.998)	3.022	1.882
BRST Locação Ltda.	77,88	2.360	22.754	25.114	9.337	14.491	23.828	1.286	1.002	3.561	(5.803)	(2.242)	(1.746)
MBI Motors Comércio de Veículos Ltda.	75,00	29.539	9.937	39.476	28.018	8.280	36.928	2.548	1.911	4090	(1.448)	2.642	1.982
		31.899	32.691	64.590	37.355	22.771	60.756	3.834	2.913	7.651	(7.251)	400	2.118

15 Imobilizado

Controladora Custo	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Cotas de consórcios	Total
Em 31 de dezembro de 2023	20.701	14.931	25.455	-	990	42.221	-	-	104.298
Adições	4.390	2.119	2.299	13.614	419	4.305	468	809	28.422
Baixas	(491)	(34)	(915)	-	-	(1.015)	-	-	(2.455)
Transferências	-	-	-	-	-	232	(232)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	24.600	17.016	26.840	13.614	1.409	45.742	236	809	130.265
Adições	1.719	1.592	1.296	-	38	1.817	1.814	4.369	12.644
Baixas (i)	(1.056)	(889)	(20.036)	(13.614)	(7)	(3)	-	-	(35.604)
Em 31 de dezembro de 2025	25.263	17.719	8.100	-	1.440	47.556	2.050	5.178	107.305
Depreciação									-
Em 31 de dezembro de 2023	(12.550)	(7.244)	(4.698)	-	(231)	(11.490)	-	-	(36.213)
Adições	(2.441)	(1.264)	(1.866)	-	(126)	(5.209)	-	-	(10.907)
Baixas	363	23	469	-	-	34	-	-	890
Em 31 de dezembro de 2024	(14.628)	(8.485)	(6.095)	-	(357)	(16.665)	-	-	(46.230)
Adições	(2.349)	(1.322)	(1.570)	-	(143)	(5.588)	-	-	(10.971)
Baixas	887	887	2.758	-	7	-	-	-	4.538
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(16.090)	(8.920)	(4.907)	-	(493)	(22.253)	-	-	(52.663)
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2024	9.972	8.531	20.745	13.614	1.052	29.077	236	809	84.035
Em 31 de dezembro de 2025	9.173	8.799	3.193	-	946	25.304	2.050	5.178	54.642

(i) As baixas referem-se em sua maior parte na venda da aeronave da companhia. Em terrenos, trata-se exclusivamente da venda de um terreno com localização em Ribeirão Preto/SP.

BCLV Comércio de Veículos S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025*

Consolidado Custo	Máquinas e Equipamentos	Máquinas e Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Cotas de Consórcios	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2023	22.728	16.155	29.754	-	1.380	46.548	-	-	-	116.565
Adições	5.247	1.785	26.539	13.614	452	6.025	468	2.544	2.535	59.208
Aquisição controlada MBI	584	654	4.717		225	1.383				7.563
Baixas	(1.902)	(896)	(9.608)	-	(318)	(2.779)	-	(1.627)	(2.535)	(19.665)
Transferências	-	-	-	-	-	232	(232)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	26.656	17.698	51.403	13.614	1.739	51.408	236	918	-	163.671
Adições	2.214	2.026	25.902	-	75	3.377	1.814	5.091	-	40.499
Baixas (i)	(1.056)	(890)	(25.967)	(13.614)	(7)	(3)	-	(831)	-	(42.366)
Em 31 de dezembro de 2025	27.814	18.834	51.338	-	1.807	54.782	2.050	5.178	-	161.804
Depreciação										
Em 31 de dezembro de 2023	(13.144)	(7.606)	(4.863)	-	(303)	(14.038)	-	-	-	(34.093)
Adições	(2.661)	(1.324)	(5.519)	-	(157)	(5.447)	-	-	566	(15.673)
Baixas	364	23	1.388	-	-	34	-	-	(566)	2.374
Em 31 de dezembro de 2024	(15.441)	(8.907)	(8.994)	-	(460)	(19.452)	-	-	-	(53.254)
Adições	(2.636)	(1.403)	(8.094)	-	(177)	(6.347)	-	-	-	(18.657)
Baixas	886	887	4.654	-	7	0	-	-	-	6.434
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(17.191)	(9.423)	(12.434)	-	(630)	(25.799)	-	-	-	(65.476)
Valor líquido contábil										
Em 31 de dezembro de 2024	11.215	8.790	42.408	13.614	1.280	31.957	236	917	110.418	110.418
Em 31 de dezembro de 2025	10.624	9.409	38.905	-	1.177	28.984	2.050	5.178	96.326	96.326

(i) As baixas referem-se em sua maior parte na venda da aeronave da Companhia. Em terrenos, trata-se exclusivamente da venda de um terreno com localização em Ribeirão Preto/SP.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente no resultado.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia e suas controladas avaliam, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Companhia e suas controladas não identificaram qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Em 2025, o valor recebido pela venda de ativo imobilizado foi de R\$ 32.280 na controladora e R\$ 37.465 no consolidado. A maior parte do valor refere-se a venda do terreno (R\$ 13.614) e da aeronave (R\$18.000) na controladora. O valor restante refere-se na maior parte a venda de veículos do ativo imobilizado das controladas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valor contábil líquido	31.066	570	35.932	10.455
Resultado na venda de ativo imobilizado	1.214	289	1.533	1.515
Valor recebido pela venda de imobilizado	32.280	860	37.465	11.970

16 Intangível - controladora

	Controladora				
	<i>Software</i>	Direitos de concessão (i)	Direitos de uso de nome	Marcas e patentes	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.070	38.360	720	135	41.285
Adições	36	-	-	-	36
Baixas	(88)	-	(720)	-	(808)
Em 31 de dezembro de 2024	2018	38.360	-	135	40.513
Adições	333	-	-	-	333
Baixas	(1.223)	-	-	-	(1.223)
Em 31 de dezembro de 2025	1.128	38.360	-	135	39.623
Amortização					
Em 31 de dezembro de 2023	(1.034)	-	(720)	-	(1.754)
Adições	(804)	-	-	-	(804)
Baixas	81	-	720	-	801
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.757)	-	-	-	(1.757)
Adições	(336)	-	-	-	(336)
Baixas	1.223	-	-	-	1.223
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(870)	-	-	-	(870)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2024	261	38.360	-	135	38.757
Em 31 de dezembro de 2025	258	38.360	-	135	38.754

Intangível - consolidado

Intangível	Ágio	Ativo fixo - mais valia	Software	Direitos de concessão (i)	Direitos de uso	Marcas e patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	2.073	47.553	720	135	50.481
Aquisições	1.195	3.492	171	46.674	-	-	51.532
Aquisições MBI	-	-	30	-	-	1	30
Amortizações do exercício	-	-	(91)	(9.194)	(720)	-	(10.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.195	3.492	2.183	85.033	-	135	92.038
Aquisições (ii)	-	-	334	3.888	-	-	4.221
Amortizações do exercício	-	-	(1.223)	-	-	-	(1.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.195	3.492	1.294	88.921	-	135	95.036
Amortização							
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	(1.033)	-	(720)	-	(1.753)
Adições	-	(702)	(943)	-	-	-	(1.645)
Baixas	-	-	81	-	720	-	801
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(702)	(1.895)	-	-	-	(2.597)
Adições	-	(353)	(345)	-	-	-	(1.046)
Baixas	-	-	1.223	-	-	-	1.223
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.055)	(1.017)	-	-	-	(2.421)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2024	1.195	2.790	288	85.033	-	135	89.441
Em 31 de dezembro de 2025	1.195	2.437	277	88.921	-	135	92.965

(i) Direitos de concessão

Os valores referem-se exclusivamente a concessões adquiridas de outros concessionários, que por sua vez tem prazo indeterminado. Os direitos de concessão possuídos pela Companhia e suas controladas são direitos de comercializar as marcas BMW (carros e motos) nas cidades de Ribeirão Preto (SP) e Brasília (DF); MINI em Ribeirão Preto (SP) e Brasília (DF); Audi em Goiânia (GO), Porsche em Brasília (DF) e Goiânia (DF). A adição do período refere-se a mais valia da aquisição da MBI. A baixa em direito de concessão refere-se a venda da marca Audi (SP) pela BMMOT.

(ii) O valor de aquisição em direitos de concessão trata-se da concessão da marca Zeekr pela "BVEL".

Testes dos direitos de concessão para verificação de *impairment*

O valor recuperável foi determinado com base em cálculos do valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Grupo testou os referidos direitos de concessão para verificar a sua recuperação. O valor recuperável foi determinado com base no seu valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamento financeiro aprovados pela diretoria do Grupo para o exercício social de 2025, assim como uma estabilidade para os próximos 5 anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de 5 anos foram extrapolados com base em perpetuidade. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2025, foram estimadas pela administração, com base em informações de mercado e dados internos.

O Grupo concluiu que não houve necessidade de registro de *impairment* dos direitos de concessão reconhecidos.

Testes de recuperabilidade de ágio e intangíveis

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (“*impairment*”) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por ágio pela expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da BVEL Comércio de Veículos Ltda. A metodologia utilizada é a do fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos, as premissas descritas abaixo:

- (i) **Período de Projeção** - 5 anos (período explícito), adicionados aos fluxos de caixa na perpetuidade (período residual);
- (ii) **Receitas** - Foram projetadas baseando-se nos orçamentos anuais, aprovados pela Administração para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) testadas. A partir de 2026, as taxas de crescimento são compatíveis com o histórico do mercado, em que atuam cada um unidades;
- (iii) **Margem bruta** – Contempla as receitas, menos impostos, devoluções e custo do produto vendido e serviço prestado;
- (iv) **Custos diretos e indiretos de venda** - Projetados a partir do plano de negócio assinado com as montadoras, ajustado com as premissas estabelecidas pela presidência e a base histórica das próprias UGCs;
- (v) **Gastos fixos** - São os gastos associados à administração das UGCs, são corrigidos monetariamente a partir dos valores orçados para o ano de 2025;
- (vi) **Crescimento no período residual** - Compatível com o despenho do PIB, em termos reais;
- (vii) **Capex** - Foram projetados com base nos orçamentos de investimentos, aprovados para cada UGC, e após, projetou-se investimentos suficientes apenas para a manutenção das concessionárias;
- (viii) **Taxa de Desconto** - Utilizada a metodologia WACC – *Weighted Average Cost of Capital*. As taxas de descontos usadas são dinâmicas, sendo modificadas ao longo do período de projeção para refletir os efeitos inflacionários esperados. A taxa média adotada no período de projeção é de 12,09% ao ano.

A Companhia não identificou perdas dos valores recuperáveis de todos os ativos intangíveis.

17 Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento

a. Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo contábil em 1º de janeiro de 2025	32.128	19.094
Adições	7.551	19.586
Baixas	(708)	-
Ajustes por remensuração	(4.354)	-
Amortização	(6.655)	(6.552)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	27.962	32.128
Custo	34.617	38.680
Amortização	(6.655)	(6.552)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	27.962	32.128
	Consolidado	
	2025	2024
Saldo contábil em 1º de janeiro de 2025	36.229	24.258
Adições	7.551	22.365
Baixas	(708)	(3.817)
Ajustes por remensuração	(2.899)	169
Amortização	(8.087)	(6.746)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	32.086	36.229
Custo	40.173	42.975
Amortização	(8.087)	(6.746)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	32.086	36.229

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante

A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

b. Composição e movimentação sumária dos passivos arrendados

	Controladora	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro de 2025	32.209	17.616
Adições	7.551	19.586
Baixas	(2.001)	-
Ajustes por remensuração	(4.354)	-
Pagamento de arrendamento	(4.899)	(5.319)
Pagamento de juros de arrendamento	(4.709)	(3.185)
Juros provisionados de arrendamento	4.709	3.511
	28.507	32.209
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	28.507	32.209
Circulante	5.609	5.018
Não circulante	22.898	27.191
	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro de 2025	36.450	22.664
Adições	7.551	22.365
Baixas	(2.001)	(3.667)
Ajustes por remensuração	(2.899)	169
Pagamento de arrendamento	(6.324)	(5.507)
Pagamento de juros de arrendamento	(5.314)	(3.090)
Juros provisionados de arrendamento	5.314	3.517
	32.777	36.450
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	32.777	36.450
Circulante	6.680	6.291
Não circulante	26.097	30.159

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do não circulante estão distribuídos da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2027	6.618	7.516
2028	7.572	8.654
2029 em diante	8.708	9.927
	22.898	26.097
	22.898	26.097

18 Fornecedores e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de veículos	1.476	20.110	896	19.968
Fornecedores de veículos – <i>floor plan</i> (i)	114.574	64.897	139.885	64.897
Fornecedores de peças	7.042	5.860	9.000	5.860
Fornecedores diversos	4.730	8.893	8.917	28.465
Aquisição BVEL (antiga MBI) Nota 1(c)	1.600	4.423	1.600	4.423
	<u>129.422</u>	<u>104.183</u>	<u>160.298</u>	<u>123.613</u>

- (i) Referem-se ao programa de estoques de veículos novos importados, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (*floor plan*). Em 31 de dezembro de 2025, os saldos referentes as operações que já extrapolaram o período de carência, para os quais há a incidência de juros são R\$ 68.628 (2024– R\$ 43.616) na controladora, e R\$ 84.682 (2024 – R\$ 43.616) no consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, os valores de juros decorrentes dessas operações foram R\$ 2.418 (2024 – R\$ 1.812), na controladora, e R\$ 3.545 (2024 - R\$ 1.947) no consolidado. O aumento significativo no *floor plan* refere-se a entrada da marca Porsche na concessão desse tipo de crédito e a entrada da Zeekr, nova marca comercializada pela Companhia.

19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
					2025	2024	2025	2024
Conta garantida	R\$	CDI	18,58% a.a.	2026	27.408	14.573	36.880	14.573
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI	18,29% a.a.	2026 – 2027	-	10.068	29.966	28.876
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	37,52% a.a.	2026	134	279	134	279
Consórcios	R\$	-	-	2028	-	-	1.093	1.320
Empréstimos entre partes relacionadas (i)	R\$	-	7,44% a.a.	2026	5.491	8.210	11.285	20.166
					33.033	33.130	79.358	65.215
Circulante					30.325	19.859	58.465	33.086
Não circulante					2.708	13.271	20.893	32.129

- (i) Mútuos financeiros tomados junto a membros próximos dos acionistas, com correção pela taxa variável do CDI mensal ou pré-fixada em contrato, registrada no resultado em despesas financeiras, vide NE 30.

Cronograma de amortização da dívida

Exercício	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2025	-	19.859	-	33.086
2026	30.325	4.985	58.465	19.415
2027	2.708	8.286	20.163	12.535
2028 em diante	-	-	730	179
	33.033	33.130	79.358	65.215

Movimentação de empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.119	56.863
Obtenção de empréstimos	55.378	89.489
Pagamento de empréstimos	(64.463)	(78.845)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	(2.400)	(2.920)
Pagamento de juros empréstimos	(7.556)	(8.848)
Juros provisionados de empréstimos	8.052	9.476
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.130	65.215
Obtenção de empréstimos	49.786	78.926
Pagamento de empréstimos	(46.959)	(55.621)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	(2.795)	(9.033)
Pagamento de juros empréstimos	(16.696)	(22.275)
Juros provisionados de empréstimos	16.567	22.146
Saldo em 31 de dezembro de 2025	33.033	79.358

20 Debêntures

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de Vencimento	<u>Controladora e Consolidado</u>	
					2025	2024
Debêntures	R\$	CDI	13,43% a.a.	2029	39.048	47.387
					39.048	47.387
Circulante					39.048	11.223
Não circulante					-	36.164

Em 19 de abril de 2024, a Companhia realizou a emissão de Notas Comerciais Escriturais e a colocação privada de tais Notas junto a uma Securitizadora, tendo ofertado publicamente nos termos da CVM, 50.000 (cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo 40.000 (quarenta mil) debêntures da série sênior (“Debêntures Sênior”) e 10.000 (dez mil) debêntures da série subordinada (“Debêntures Subordinadas”).

Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram aplicados no curso ordinário dos negócios da Companhia, em conformidade com seu objeto social, e na aquisição da BVEL, da marca BMW já representada pelo Grupo, em Campinas, onde a companhia não tinha atuação.

Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros), expressas na forma de percentual ao ano, acrescidos de um *spread* de 2,55% a.a.. Os pagamentos dos juros remuneratórios terão o primeiro pagamento em 17 de junho de 2024 e, partir daí, mensalmente sempre no dia 17 de cada mês.

As movimentações das debêntures durante os exercícios são:

	2024
Saldo inicial	-
Captação	48.723
Pagamentos	(1.852)
Juros pagos	(3.447)
Juros apropriados	3.814
Custo de transação pagos	149
Saldo final	<u><u>47.387</u></u>
	2025
Saldo inicial	47.387
Captação	-
Pagamentos	(8.518)
Juros pagos	(7.517)
Juros apropriados	7.441
Custo de transação pagos	255
Saldo final	<u><u>39.048</u></u>

Cláusulas contratuais (*covenants*)

O referido contrato das debêntures contém *covenants* que estabelecem ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações contábeis individuais anuais.

O contrato prevê a manutenção do mesmo índice financeiro, que estabelece ao final de cada exercício social que a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculada com base nas demonstrações contábeis anuais consolidadas e auditadas, seja igual ou inferior a 1,50 em 2024, 1,25 em 2025 e 1,00 de 2026 em diante, durante o período de vigência das debêntures, sob pena de vencimento antecipado – não automático.

O Grupo não cumpriu com o índice financeiro para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 descrito acima. Em função do não atendimento do índice, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 30.124 para o passivo circulante. A Companhia obteve o *waiver* em 12 de maio de 2026 para que a dívida não seja exigida antecipadamente, conforme nota explicativa nº 33

O referido contrato possui também cláusulas de obrigações adicionais aplicáveis à Companhia e aos Fiadores, que dentre outras obrigações preveem a disponibilização, no prazo máximo de até o 5º (quinto) dia útil de maio de cada ano, das Demonstrações financeiras consolidadas auditadas por Auditor Independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM.

Cronograma de amortização da dívida

Período	2025
2026	8.924
2027	8.634
2028	8.634
2029 em diante	<u>12.856</u>
	<u>39.048</u>

Garantias

Para as debêntures foi concedido como garantia: (i) um imóvel localizado em Ribeirão Preto, de propriedade da ILLAN Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda..

21 Partes relacionadas

a. Controlador

Em 31 de dezembro de 2025, 77,86% (72,80% em 31 de dezembro de 2024) das ações da Companhia pertencem à Henry Visconde, que detém o controle da Companhia.

b. Operações com o pessoal-chave da diretoria

Remuneração do pessoal-chave da diretoria

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Em 2025, a remuneração do pessoal-chave da diretoria, que contempla a direção da Companhia e suas controladas, totalizou R\$ 6.186 (R\$ 6.150 em 31 de dezembro de 2024).

Outras transações com partes relacionadas

As principais transações conduzidas com partes relacionadas e saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativas a essas operações, são apresentados a seguir:

b.1 Venda de mercadorias e serviços

	Consolidado	
	2024	2024
Venda de peças		
Coligadas	107	36
Pessoal-chave da diretoria	18	30
Pessoal-chave da diretoria – coligadas	-	-
Venda de veículos		
Coligadas (i)	8.674	16.148
Pessoal-chave da diretoria (ii)	2.233	3.690
Pessoal-chave da diretoria – coligadas (i)	-	-
Venda de serviços (mão de obra e peças)		
Coligadas	86	27
Pessoal-chave da diretoria	95	21
Outros serviços		
Coligadas	19	363
Pessoal-chave da diretoria	-	-
	11.231	20.314

(i) Venda de veículos novos para a coligada BRST Locação LTDA.;

(ii) Venda de veículos para acionistas e diretores da Companhia.

b.2 Compra de mercadorias e serviços

	Consolidado	
	2025	2024
Compra de veículos		
Coligadas	2.642	28
Pessoal-chave da diretoria	-	-
Compra de serviços (mão de obra e peças)		
Coligadas	68	335
Outros serviços (sublocação de imóveis)		
Coligadas	1.896	966
Pessoal-chave da diretoria – coligadas (i)	2.009	2.297
	6.614	3.597

(i) Locação de imóveis pertencentes a acionista (Nota 17).

b.3 Saldos patrimoniais

	2025	2024
Contas a receber de partes relacionadas		
Coligadas	269	757
Pessoal-chave da diretoria (i)	6.874	283
Dividendos a receber de controladas (NE 10)	1.524	-
Contas a pagar a partes relacionadas		
Pessoal-chave da diretoria	171	1.040
Aquisição de não controlador (NE 18)	1.600	-
Dividendos a pagar – passivo circulante	9.359	-
Dividendos a pagar – passivo não circulante	22.745	-
Total	32.104	-

(i) Venda de terreno para acionista (Nota 15).

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de venda de mercadorias/serviços e reembolso/compartilhamento de despesas; e não estão sujeitas a juros.

As contas a pagar a partes relacionadas em 31 de dezembro 2025 são referentes a aluguel de imóveis de partes relacionadas.

b.4 Empréstimos entre partes relacionadas

	Consolidado	
	2025	2024
Empréstimos com pessoal-chave da diretoria e seus familiares		
Em 1º de janeiro	20.166	13.570
Empréstimos efetuados durante o exercício	-	12.476
Amortização de empréstimo recebida	(8.946)	(6.560)
Juros cobrados	2.323	749
Juros recebidos	(2.258)	(69)
Em 31 de dezembro (Nota 19)	11.285	20.166

22 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos de clientes de veículos	13.031	12.820	14.403	12.820
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	1.679	1.198	1.968	1.198
Adiantamentos diversos	-	184	289	1.355
	14.710	14.202	16.660	15.373

23 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias	3.277	3.086	3.948	3.688
Salários e encargos sociais	2.823	3.105	3.389	3.562
	6.100	6.191	7.337	7.250

24 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos e contribuições retidos	909	990	1.152	1.189
ICMS a recolher	2.211	2.855	2.315	2.856
Pis/Cofins a recolher	586	644	776	878
ISS a recolher	109	109	141	125
IPI a recolher	7	11	7	11
	3.821	4.609	4.391	5.059
Circulante	2.454	2.585	3.024	3.035
Não circulante	1.367	2.024	1.367	2.024

25 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários, discutidos na esfera judicial, para os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela diretoria, amparada por seus assessores legais externos.

O valor reconhecido como provisão para contingências da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 991 é de R\$ 424 (R\$ 424 em 2024).

Segue composição das provisões

	2025	2024
Ações de indenização (i)	-	8
Trabalhistas (ii)	613	416
Tributárias (iii)	378	-
	991	424

- (i) As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos ou serviços prestados pela Companhia;
- (ii) A provisão trabalhista refere-se a ações movidas por ex-funcionários da Companhia;
- (iii) A provisão tributária refere-se a ação de repetição de indébito no ICMS do Estado de São Paulo.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 2.506 (R\$ 2.200 em 31 de dezembro de 2024) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2025	2024
Tributárias	746	474
Ações de indenização	1.347	1.609
Trabalhistas	413	117
	2.506	2.200

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 249.433.768 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2024), no valor de R\$ 0,1817 cada, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2025	2024
	Participação	Participação
	(%)	(%)
Henry Visconde	77,86	72,80
Illan Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	15,91	15,24
Nova Sociedade Incorporações e Participações Ltda. (i)	-	5,73
Paulo de Tarso Prudente dos Santos	2,63	2,63
Enzo Visconde	1,00	1,00
Enrico Visconde	1,00	1,00
Lucca Visconde	1,00	1,00
Elizeu Ismael de Campos	0,30	0,30
Roberto David Bittencourt Cury	0,30	0,30
	100,00	100,00

- (i) Em 04 de agosto de 2025, a acionista Nova Sociedade vendeu o total de suas ações para os acionistas Henry Visconde e Illan Empreendimentos, conforme contrato de compra e venda de ações.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Para o exercício de 2025, a Companhia deixou de constituir a reserva legal por atingir o limite de 20% previsto na Lei das S.A. art.193.

c. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado no item (d).

d. Dividendos

A política de distribuição de dividendos constante do Acordo de Acionistas determina que o lucro líquido deve ter a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição da reserva legal nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (b) 5% distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório; (c) e o saldo remanescente terá a destinação que vier a ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

Em 2024, o valor total de dividendos pagos foi de R\$ 35.500. Em 2025, foi aprovado por unanimidade, nos termos da Lei nº 15.270, a distribuição de R\$ 40.000, sendo R\$ 36.900 de exercícios anteriores e parte do exercício corrente no valor de R\$ 3.100 a serem pagos entre os anos de 2026 e 2028, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 18 de dezembro de 2025. Os montantes serão pagos proporcionalmente à participação societária de cada acionista e já incluem os dividendos mínimos obrigatórios apurados, previstos no Estatuto.

Quando aplicável, os dividendos deliberados e com prazo de liquidação superior ao ciclo operacional de 12 meses são ajustados a valor presente, conforme requerido pelo CPC 12 – ajuste a valor presente, utilizando taxa de desconto que reflete as condições de mercado na data do reconhecimento inicial. A taxa utilizada foi 14,32%, Selic acumulada de 2025.

O ajuste a valor presente foi reconhecido no patrimônio líquido, na conta de ajuste a avaliação patrimonial.

	Controladora
Lucro líquido 2025	6.690
Reserva legal	-
Base de cálculo	6.690
Dividendos mínimos obrigatórios	(318)
Dividendos distribuídos	(2.782)
	(3.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.590

Há saldo de dividendos adicionais propostos de lucro remanescente do exercício no valor de R\$ 3.590, no qual está sujeito à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

Os pagamentos estão distribuídos da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2026	7.835	9.359
2027	16.753	16.753
2028	5.992	5.992
	30.580	32.104

O ajuste a valor presente será apropriado ao resultado como despesa financeira a partir de 2026, conforme o prazo dos pagamentos.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de agosto de 2025, a Companhia adquiriu 20% de sua subsidiária BVEL., pelo valor de R\$ 8.000 aumentando sua participação de 75% para 95%. O resultado da operação gerou uma perda/ganho de R\$ 7.022 que foi reconhecido como transação de capital no patrimônio líquido da BCLV e reduziu a participação de não controladores em 978.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de R\$40.000 referente ao resultado do exercício e a reserva de lucros. Dada a realização futura desses pagamentos, foi reconhecido o ajuste a valor presente correspondente, no montante de R\$ 9.420.

f. Reserva de incentivos fiscais

O saldo em reserva de incentivos fiscais de R\$ 22.952 é decorrente da exclusão de benefícios fiscais (redução de base de cálculo de ICMS sobre as vendas de veículos usados) das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), através da LC 160/2017.

27 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de venda de veículos novos	975.821	1.017.173	1.104.480	1.167.899
Receita de venda de veículos usados	165.692	130.692	204.735	152.287
Receita da oficina (i)	23.428	18.791	27.632	22.220
Receita de venda de motos novas	85.147	78.476	115.442	78.476
Receita de bônus das concessionárias	42.137	54.897	53.693	57.933
Receitas de venda de peças e acessórios (i)	82.518	77.975	99.437	89.002
Receitas de agregados	19.348	11.211	20.072	11.264
Receita de venda de motos usadas	13.063	16.641	17.090	16.641
Receita de locação	-	-	9.052	3.654
Receita operacional bruta	1.407.154	1.405.856	1.651.633	1.599.376
Impostos sobre venda	(9.984)	(14.844)	(12.291)	(14.826)
Impostos sobre serviços prestados	(1.306)	(1.202)	(1.529)	(1.773)
Impostos sobre locação	-	-	(276)	(93)
Devoluções	(617)	(510)	(807)	(910)
Deduções da receita bruta	(11.907)	(16.556)	(14.903)	(17.602)
Receita operacional líquida	1.395.247	1.389.300	1.636.730	1.581.774

(i) Os valores das rubricas Receita da oficina e Receitas de venda de peças e acessórios em 2024 foram reclassificados devido a alteração no plano de contas e parâmetros da Companhia.

28 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de venda de veículos e peças/acessórios (i)	(1.231.682)	(1.210.347)	(1.438.036)	(1.380.830)
Custo da oficina (i)	(11.931)	(23.657)	(13.443)	(26.831)
Despesa com pessoal	(43.202)	(40.372)	(52.046)	(50.263)
Despesa com depreciação e amortização	(18.630)	(18.445)	(27.755)	(23.109)
Despesa com consultorias, serviços e comissões de terceiros	(8.000)	(8.794)	(9.024)	(10.796)
Despesa com publicidade e eventos	(9.994)	(7.516)	(11.260)	(8.006)
Despesas de consumo	(9.211)	(7.203)	(10.198)	(7.668)
Despesa com veículos	(7.928)	(7.351)	(9.628)	(8.670)
Despesa com taxas e emolumentos	(972)	(892)	(1.432)	(1.751)
Despesa com manutenção e conservação predial	(3.130)	(3.278)	(3.797)	(3.737)
Despesas legais e judiciais	(1.185)	(1.427)	(1.184)	(1.445)
Despesas diversas	(12.485)	(15.853)	(14.629)	(17.002)
	<u>(1.358.350)</u>	<u>(1.345.135)</u>	<u>(1.592.432)</u>	<u>(1.540.108)</u>

- (i) Os valores das rubricas Custo de venda de veículos e peças/acessórios e Custo da oficina em 2024 foram reclassificados devido a alteração no plano de contas e parâmetros da Companhia.

Reconciliação com os custos e despesas operacionais

Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.243.613)	(1.234.004)	(1.451.479)	(1.407.662)
Despesas comerciais	(54.290)	(50.637)	(64.752)	(56.098)
Despesas gerais e administrativas	(60.447)	(60.494)	(76.201)	(76.348)
	<u>(1.358.350)</u>	<u>(1.345.135)</u>	<u>(1.592.432)</u>	<u>(1.540.108)</u>

29 Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas (i)	2.609	2.538	3.019	2.661
Ganho ou perda de capital (ii)	2.915	8.089	3.923	13.499
Reversão de provisões	1.092	1.369	1.092	1.369
	<u>6.616</u>	<u>11.996</u>	<u>8.034</u>	<u>17.529</u>

- (i) Os valores registrados como “outras receitas” são substancialmente sublocação de imóveis, compartilhamento de despesas, venda de sucata e bonificações;
- (ii) O ganho ou perda de capital, refere-se substancialmente em 2025 sobre a venda do terreno e da aeronave do imobilizado da Companhia e em 2024 pelo valor do ganho na venda da BMMOT.

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros sobre financiamentos e mútuos	(16.567)	(8.052)	(22.146)	(9.933)
Juros sobre arrendamentos	(4.709)	(3.511)	(5.314)	(3.759)
Despesas bancárias	(4.717)	(3.639)	(5.408)	(4.885)
Juros e multas passivos	(2.757)	(2.176)	(3.892)	(2.715)
Impostos sobre operações financeiras	(2.259)	(1.428)	(3.231)	(1.943)
Descontos concedidos	(2.464)	(1.275)	(3.007)	(1.486)
Variação cambial passiva	(41)	(191)	(40)	(192)
Despesas financeiras	(33.514)	(20.272)	(43.038)	(24.913)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	797	867	1.122	6.032
Juros e multas recebidos	216	758	287	776
Descontos obtidos	157	153	306	185
Variação cambial ativa	31	262	30	263
Receitas financeiras	1.201	2.040	1.745	7.256
	(32.313)	(18.232)	(41.293)	(17.657)

31 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício e o lucro diluído é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

A Companhia não apresenta categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, sendo o lucro básico por ação igual ao lucro diluído para os exercícios de 2025 e 2024.

	Controladora	
	2024	2024
Lucro líquido do exercício	6.690	26.383
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	249.434	249.434
Lucro básico por ação / lucro diluído por ação	0,03	0,11

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2025				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	4.955	-	-	4.955
Caixa e equivalentes de caixa	2.276	-	-	2.276
Contas a receber de clientes	51.196	-	-	51.196
Outros créditos	2.197	-	-	2.197
Total	60.624	-	-	60.624
Fornecedores e outras contas a pagar	-	160.299	-	160.299
Financiamentos e empréstimos	-	79.358	-	79.358
Debêntures	-	39.048	-	39.048
Arrendamentos a pagar	-	32.777	-	32.777
Dividendos a pagar	-	32.104	-	32.104
Total	-	343.586	-	343.586

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2024				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	3.929	-	-	3.929
Caixa e equivalentes de caixa	13.170	-	-	13.170
Contas a receber de clientes	38.203	-	-	38.203
Outros créditos	1.045	-	-	1.045
Total	56.347	-	-	56.347
Fornecedores e outras contas a pagar	-	123.613	-	123.613
Financiamentos e empréstimos	-	65.214	-	65.214
Debêntures	-	47.388	-	47.388
Arrendamentos a pagar	-	36.450	-	36.450
Total	-	272.665	-	272.665

Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

Aplicações financeiras

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do longo prazo de vencimento destes instrumentos.

Fornecedores

São decorrentes das compras do Grupo para manutenção de suas atividades operacionais e estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil e outras contas a pagar para compras de serviços.

Em nenhum ano, o Grupo efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

32.1 Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades do Grupo a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de riscos é realizada pela administração do Grupo que analisa estes riscos e define as principais diretrizes de atuação do Grupo.

Nesse contexto, o Grupo mantém políticas de gestão de risco global, de risco de taxa de juros, de risco de crédito e para a utilização de instrumentos financeiros, bem como para o investimento de excedentes de caixa.

b. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c. Risco de crédito

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços.

d. Risco de liquidez

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como estoque médio e prazo médio de recebíveis, e recursos com taxas atrativas. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, carência para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros (contas garantidas / *floor plan*).

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores e outras obrigações	129.422	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.373	2.708	-	-
Passivos de arrendamento	5.608	14.190	5.955	2.753
Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras obrigações	104.183	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	31.082	15.840	33.595	-
Passivos de arrendamento	5.018	5.586	15.366	6.238
Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores e outras obrigações	160.299	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	97.514	19.506	1.386	-
Passivos de arrendamentos	6.680	16.170	7.036	2.891
Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras obrigações	123.613	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	44.309	53.661	14.632	-
Passivos de arrendamentos	6.291	6.862	16.450	6.847

As garantias financeiras representam garantias de passivos de controladas e são os valores máximos.

Em 31 de dezembro de 2025 os passivos circulantes excederam os ativos circulantes em R\$ 43.837 (R\$ 18.342 em 2024) na Controladora e R\$ 75.209 (R\$ 23.798) no Consolidado, este fato está atrelado ao aumento da contratação de novos empréstimos e financiamentos (nota 19), destinados majoritariamente à aquisição de veículos pela BRST Locação Ltda.; da quebra de covenants financeiros relacionados às debêntures (nota 20), com conseqüente reclassificação das obrigações para o curto prazo, e da aprovação de distribuição de dividendos (nota 26).

A Companhia não espera encontrar dificuldades em honrar com seus compromissos de curto prazo já tem relacionamento de longa data, por meio de operações usuais de mercado e linha de crédito pré-aprovadas. Alternativamente, e se for mais vantajoso, a administração também poderá obter tais recursos com mútuos financeiros tomados junto a membros próximos dos acionistas ou a postergação dos prazos de vencimentos dos mútuos já existentes.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ser realizados antecipadamente.

32.2 *Gestão de capital*

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar o capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, e o capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão demonstrados a seguir:

Reconciliação da dívida líquida	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	30.325	19.859	58.466	33.085
Debentures de curto prazo	39.048	11.223	8.924	11.223
Passivos de arrendamento de curto prazo	5.609	5.018	6.680	6.292
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	2.708	13.271	20.893	32.129
Debentures de longo prazo	-	36.164	30.124	36.164
Passivos de arrendamento de longo prazo	22.898	27.191	26.097	30.159
Total da dívida	100.588	112.726	151.184	149.052
Caixa e equivalentes de caixa	(2.066)	(1.662)	(2.276)	(6.606)
Dívida líquida	98.522	111.064	148.908	142.446
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dívida líquida	98.522	111.064	148.908	142.446
Total do patrimônio líquido	83.672	114.584	95.627	127.977
Capital total (Dívida líquida – PL)	182.194	225.648	244.535	270.423
Índice de alavancagem financeira - %	54	49	61	53

Análise de sensibilidade

O Grupo apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro.

	Exposição em 2025	Controladora	
		Cenário %	Provável Valor
<i>Apreciação das taxas</i>			
Instrumentos			
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	4.828	14,32	5.520
Total dos ativos financeiros	4.828		5.520
Passivo financeiros			
Empréstimos e financiamentos	(33.033)	14,32	(37.763)
Debêntures	(39.048)	4,83	(40.934)
Total passivos financeiros	(72.081)		(78.697)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(76.909)		(84.217)
Impacto no resultado e patrimônio líquido			

Depreciação das taxas

	Exposição em 2025	Risco	Controladora	
			Cenário %	Provável Valor
Instrumentos				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	4.828	CDI	14,32	4.137
Total dos ativos financeiros	4.828			4.137
Passivo financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(33.033)	CDI	14,32	(28.303)
Debêntures	(39.048)	IPCA	4,83	(37.162)
Total passivos financeiros	(72.081)			(65.465)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(76.909)			(69.602)

Apreciação das taxas

	Exposição em 2025	Risco	Consolidado	
			Cenário Provável	
Instrumentos			%	Valor
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	4.956	CDI	14,32	5.665
Total dos ativos financeiros	4.956			5.665
Passivo financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(79.358)	CDI	14,32	(90.722)
Debêntures	(39.048)	IPCA	4,83	(40.934)
Total passivos financeiros	(118.406)			(131.656)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(123.362)			(137.322)

Depreciação das taxas

	Exposição em 2025	Risco	Consolidado	
			Cenário Provável	
Instrumentos			%	Valor
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	4.956	CDI	14,32	4.246
Total dos ativos financeiros	4.956			4.246
Passivo financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(79.358)	CDI	14,32	(67.994)
Debêntures	(39.048)	IPCA	4,83	(37.162)
Total passivos financeiros	(118.406)			(105.156)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(123.362)			(109.402)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

Exposição ao risco de liquidez

Controladora					
2025					
Passivos	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 Anos	Mais de 3 anos
Fornecedores e outras contas	129.422	129.422	129.422	-	-
Empréstimos e financiamentos	33.033	37.763	34.688	3.075	-
Debêntures	39.048	44.640	44.640	-	-
Passivo de arrendamento	28.507	32.589	6.411	16.223	9.955
Dividendos a pagar	30.580	34.959	8.957	26.002	-
Total Passivo	<u>260.590</u>	<u>279.373</u>	<u>224.118</u>	<u>45.300</u>	<u>9.955</u>
2024					
Passivos	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 Anos	Mais de 3 anos
Fornecedores e outras contas	104.183	104.183	104.183	-	-
Empréstimos e financiamentos	33.130	37.026	22.194	14.832	-
Debêntures	47.387	52.960	12.543	24.264	16.153
Passivo de arrendamento	32.209	35.997	5.608	12.325	18.064
Total Passivo	<u>216.909</u>	<u>230.166</u>	<u>144.528</u>	<u>51.421</u>	<u>34.217</u>
Consolidado					
2025					
Passivos	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 Anos	Mais de 3 anos
Fornecedores e outras contas	160.299	160.299	160.299	-	-
Empréstimos e financiamentos	79.358	90.722	66.638	23.249	835
Debêntures	39.048	44.640	44.640	-	-
Passivo de arrendamento	32.777	37.471	7.638	18.487	11.346
Dividendos a pagar	32.104	36.701	10.699	26.002	-
Total Passivo	<u>345.109</u>	<u>369.833</u>	<u>289.914</u>	<u>67.738</u>	<u>12.181</u>
2024					
Passivos	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1-3 Anos	Mais de 3 anos
Fornecedores e outras contas	123.613	123.613	123.613	-	-
Empréstimos e financiamentos	65.215	72.884	36.977	35.707	200
Debêntures	47.387	52.960	12.543	24.264	16.153
Passivo de arrendamento	36.450	40.737	7.032	14.467	19.238
Total Passivo	<u>272.665</u>	<u>290.194</u>	<u>180.165</u>	<u>74.438</u>	<u>35.591</u>

Risco de moeda

O Grupo não está sujeita ao risco de moeda nas vendas e compras denominadas em uma moeda diferente de sua moeda funcional, o Real (R\$).

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas do Grupo (Real). Isso proporciona uma proteção econômica sem a contratação de derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam derivativos contratados para cobertura de risco de taxa de juros.

33 Eventos subsequentes

Em 18 de fevereiro de 2026, através de ato societário, a Companhia decidiu pela abertura de uma nova investida, denominada “BCSP Comércio de Veículos Ltda.” com o objetivo de operar como concessionária autorizada da marca Cadillac no Brasil, focada principalmente em veículos *premium* elétricos.

A nova concessionária tem sede na cidade de São Paulo em uma das principais vias de comercialização de veículos *premium* da capital paulista. A inauguração está prevista para o segundo semestre de 2026.

Na data de 12 de maio de 2026, a Companhia obteve junto aos debenturistas a dispensa formal (“*waiver*”) referente ao descumprimento do *covenant* financeiro, incluindo a renúncia ao direito de declaração de vencimento antecipado da dívida.

Henry Visconde
Diretor Presidente

André Luiz dos Santos Marques
Diretor Financeiro

Andréia Ribeiro
Contadora CRC 1SP307920/O-6